

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

**A INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NO FEMINISMO: UMA
ABORDAGEM INTRODUTÓRIA**

MÁRCIA MARTINS DE SOUZA

Belo Horizonte, MG.

2016

MÁRCIA MARTINS DE SOUZA

A INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NO FEMINISMO: UMA
ABORDAGEM INTRODUTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Curso de Curso de Pós-Graduação em: Pós-Graduação em Gênero Diversidade na Escola da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do certificado de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Professora Orientadora: Érica R. de Souza

Belo Horizonte, MG.

2016

A interseccionalidade de gênero e raça no feminismo: Uma abordagem introdutória.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Pós-Graduação em Gênero Diversidade na Escola da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do certificado de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Linha de Pesquisa: Gênero, Raça, Feminismo.

Professora Orientadora: Érica R. de Souza

Banca Examinadora:

Professora Orientadora: Érica Renata Souza

Professora Co-orientadora: Johanna Katiuska Monagreda

Profª Convidada. Drª. Simone Oliveira Mestre

Aprovada em Belo Horizonte, ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser todo o alpha e ômega de onde todas as outras coisas são possíveis.

Agradeço aos meus pais por tornarem possível mais uma etapa em minha caminhada.

Aos meus professores que muito me auxiliaram no desenvolvimento educacional dos alunos que procuram sempre a evolução.

Agradeço por fim aos colaboradores da UFMG por fazerem parte da minha história.

“O europeu saltava em terra, escorregando em índia nua (...). As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho”. (Gilberto Freyre)

SOUZA, Márcia Martins. A interseccionalidade de gênero e raça no feminismo: Uma abordagem introdutória. 38 pág. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. UFMG. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. 2015.

RESUMO

Ancora-se neste estudo sobre o tema do feminismo negro disposto pela convergência entre gênero e raça, apontando sobre a retórica da história da mulher negra com o intuito de analisar através de um breve debate, as ações sociais relacionadas ao estereótipo feminino, principalmente sobre as batalhas e conquistas obtidas ao longo dos anos. Objetiva-se com esta escrita, levar um pensamento crítico sobre a trajetória da mulher negra representada como sujeito singular construído a partir da validação política da raça, do sexo, do gênero e da construção de diferenças. Buscou-se utilizar como metodologia a revisão da literatura pautada em autores como MOREIRA (2007), PEREIRA (2013), RODRIGUES (2006), RODRIGUES & PRADO (2010), CERVO (2007), FREYRE (2004), LOURO (2002) entre outros, encontrando através dos mesmos a base teórica para concluir este trabalho acadêmico. Justifica-se a escrita deste estudo uma vez que as bibliografias apontam que as mulheres, não somente as negras buscam sua liberdade e independência através de movimentos e lutas em prol de maior equidade. Se é difícil para uma mulher sobressair em uma sociedade advinda de preceitos machistas, quicá as dificuldades para uma mulher negra advinda de sociedades escravistas.

Palavras-chave: Feminismo Negro. Interseccionalidade. Mulher. Sociedade. Equidade

SOUZA, Márcia Martins. A interseccionalidade de gênero e raça no feminismo: Uma abordagem introdutória. 38 pág. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. UFMG. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. 2015.

ABSTRACT

Anchor this is studies on the subject of black feminism provided by the convergence of gender and race, pointing on the rhetoric of black women's history in order to analyze through a brief debate, the social actions related to the feminine stereotype, especially on battles and achievements over the years. Objective with this writing, take a critical thought about the history of black women represented as a singular subject constructed from the policy validation of race, sex, gender and the construction of differences. We tried to use as methodology the literature review guided by authors such as Moreira (2007), Pereira (2013), Rodrigues (2006), Roberts & PRADO (2010), DEER (2007), Freyre (2004) , BAY (2002) among others, finding through them the theoretical basis to complete this academic work. Justified the writing of this study since bibliographies point out that women, not only black seek their freedom and independence through movements and struggles towards greater equity. If it is difficult for a woman to stand in a sexist society arising precepts, which são the difficulties arising out of a black woman slave societies.

Keywords:Black feminism. Intersectionality. Woman. Society. Equity

LISTA DE SIGLAS

CEAP- Centro de Articulação de Populações Marginalizadas

IPCN- Instituto de Pesquisa da Cultura Negra.

MMN- Movimento da Mulher Negra

PED Pesquisa de Emprego e Desemprego

RJ- Rio de Janeiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SNIG- Sistema Nacional de Informações de Gênero

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1- Comparativo dos movimentos Sociais, feministas, negro e movimento de mulheres negras.	22
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 AS (IN)DIFERENÇAS ENTRE AS MULHERES BRANCAS E AS MULHERES NEGRAS NA ESTRUTURA FAMILIAR.....	14
2.1 A mulher da casa grande e a mulher da senzala qual a diferença?.....	15
2.2 O que é gênero, o que é raça?.....	17
2.2.1 O conceito de gênero.....	18
2.2.2 Gênero e raça.....	19
3 MOVIMENTOS FEMINISTAS: Uma análise histórica dos movimentos feministas e a formação do feminismo negro.....	22
3.1 A Diversidade nos Movimentos do Feminismo Negro.....	27
4 INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO E RAÇA.....	29
5 CONCLUSÃO.....	34
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em diversidade no movimento feminista, é importante destacar que as diferenças entre as mulheres brancas e as mulheres negras impulsionou o nascimento de uma vertente dentro do movimento feminista, que foi o feminismo negro.

As mulheres vêm obtendo maior participação na sociedade, haja vista as imposições e restrições sofridas e impostas por uma sociedade historicamente machista e patriarcal que mesmo em face de uma variável mundial, a envergadura da submissão pelo sexo é sempre vista nos livros de história. As formas de violência, oriundas de questões de gênero atingem um número expressivo de mulheres, que a mídia, pesquisas acadêmicas, e mídias sociais veem amplamente divulgando.

O tema aqui abordado traduz entre as palavras da revisão bibliográfica a ideia da inferioridade feminina em relação à masculina que disseminou em um processo de desrespeito e repressão às mulheres ao longo do tempo, deixando de participar das decisões da sociedade, ocupando um papel de submissão imposta, neste estudo voltam-se os olhares à mulher negra e sua retórica histórica de lutas e entraves para que a liberdade social, racial e cultural seja alcançada. A violência sofrida pelas mulheres negras em várias partes do mundo, onde se mantinham a condição escravista, e tal mulher enquanto escravizada, além de exercer trabalho forçado sem qualquer remuneração, vivendo em condições precárias nas senzalas, eram sexualmente violentadas pelos seus donos, que as tratavam como objeto, sem ter direito a defesa, além de espancamentos e torturas constantes, valendo ressaltar neste momento que a mulher negra escravizada, não somente sofria pelas mãos dos senhores como pelas mãos das senhoras de origem ou descendência europeia.

A problemática deste estudo revela-se pelo seguinte questionamento: “É possível compreender a interseção das questões de gênero e raça dentro do movimento feminista negro?”

Os objetivos são propostos de forma a influenciar com maior definição o problema já sintetizado onde se busca investigar na literatura referenciada a ocorrência do movimento feminista negro, circundando a problemática sobre a equidade da mulher negra em um contexto geral. Para isso buscou-se como objetivo

geral, realizar um estudo que vise demonstrar a interseccionalidade entre gênero e raça diante de um alargamento da compreensão do feminismo para o feminismo negro.

Como objetivos específicos, procuramos realizar um breve histórico dos movimentos feministas, concretizar referencialmente os conceitos de gênero, raça, e identidade da mulher, apresentar a discussão teórica sobre interseccionalidade, compreender sobre a formação do arranjo familiar e sua influência nas questões de gênero e raça.

A partir destas perspectivas segue o desenvolvimento enquanto referencial teórico, que aborda sobre os capítulos postos de forma consecutivas atendendo sobre um breve histórico da estrutura familiar ante o patriarcalismo, passando pelo entendimento do gênero e da raça, da formação de conceito feminista, até alcançar a proposta deste estudo que é a compreensão do feminismo negro e a interseccionalidade entre gênero e raça.

Apresenta-se como justificava a importância de compreender os movimentos das mulheres, e nesta seção que abordamos as mulheres negras, suas reivindicações e necessidade de entendimento sobre o gênero e a identidade das mulheres, com isso propõe-se uma reflexão sobre o tema desenvolvido neste estudo que aponta para a interseccionalidade, gênero e a raça buscando evidenciar a partir do estudo aqui referenciado, incluem-se o grupo das mulheres negras, que os movimentos trazem a assinatura das mesmas nas reivindicações e necessidade de entendimento sobre o gênero e a raça.

A metodologia aqui referenciada é a da revisão da literatura buscando basear a escrita em autores como MOREIRA (2007), PEREIRA (2013), RODRIGUES (2006), RODRIGUES & PRADO (2010), CERVO (2007), FREYRE (2004), LOURO (2002) entre outros de igual teor metodológico.

Segundo Cervo et al. a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema” (2007, p.61).

Dada à natureza da problemática investigada, optou-se pela pesquisa bibliográfica uma vez que a mesma abrange a leitura, análise e interpretação de livros e periódicos. Nesta perspectiva, todo material recolhido foi submetido a uma triagem, a partir da qual tornou-se possível construir um texto que buscasse

responder às questões-problema elencadas para a pesquisa. Realizou-se, para tanto, uma leitura atenta e sistemática que se fez acompanhar de anotações e fichamentos que serviram à fundamentação teórica do estudo (FORTE, 2006).

Garcia (1988, p. 67) explica que “conhecer é descrever um fenômeno, sejam em suas particularidades estruturais, seja em seus aspectos funcionais; prever a probabilidade de ocorrência futura de um evento; e, por fim, manipular e utilizar, um objeto qualquer, além de reproduzi-lo, alterando, até, suas características básicas”.

Os capítulos deste estudo se concretizam diante dos conteúdos abordados enquanto da revisão da literatura, discorrendo sobre as (in)diferenças entre as mulheres brancas e negras na estrutura familiar, social, cultural e no mercado de trabalho.

Num segundo momento o estudo evidencia os movimentos feministas abraçando de forma geral um breve histórico dos movimentos feministas e a formação do feminismo negro.

Por fim busca-se concretizar no entendimento sobre a interseccionalidade entre gênero e raça que é o grande núcleo deste estudo.

Espera-se com esta escrita, levar o leitor a uma reflexão crítica sobre a compreensão do feminismo negro, o gênero e a raça.

2 AS (IN)DIFERENÇAS ENTRE AS MULHERES BRANCAS E AS MULHERES NEGRAS NA ESTRUTURA FAMILIAR

A opressão a camada da sociedade representada pelas mulheres, vem em diversos leques, no caso das mulheres negras a opressão ainda ocorre pelo racismo, à subalternização, à marginalização e até à exclusão.

Estas mulheres fazem nascer novos movimentos a partir do momento em que possuem entre si a tênue linha da necessidade em libertar-se de determinados princípios impostos pela sociedade.

Visando auxiliar na compreensão deste estudo, buscou-se na história do Brasil, na formação do conceito familiar, fatos que discriminam passagens reais expostas pelos autores. Não se trata neste momento de voltar às características do estudo do feminismo negro para a vista do Brasil, quer seja colonial ou contemporâneo, pois o movimento negro se distingue entre regiões, campo e cidade.

É rico mencionar que Britto (2012) destaca que existe a diferença *das* mulheres, mas deve-se atentar para a diferença *nas* mulheres.

Em sociedades escravistas, formadas pelo cunho da exploração, a figura feminina negra sofreu a marginalização do gênero e da raça.

A relação entre os membros familiares partindo da figura paternal, indo às esposas e aos filhos passa a condição de submissão da mulher e da criança. Evidentemente que a mulher negra e a criança negra teriam ainda condições menos favorecidas que as mulheres e crianças brancas. No patriarcalismo, a figura feminina desde a infância era exposta como aponta Freyre (1973)

À menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se com beliscão a menina respondona ou saliente; adoravam-se as acanhadas, de ar humilde. As meninas criadas em ambientes rigorosamente patriarcais, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais, depois substituídas pela tirania dos maridos (FREYRE, 1973, p. 421).

Assim observa-se a organização da sociedade brasileira frente ao patriarcalismo, o desprezo pela condição feminina da mulher branca submissa aos

domínios do pai ou do marido e ainda dos filhos homens, era uma situação tomada como coisa natural.

Em Gilberto Freyre (2004), é possível observar a formação familiar e social das colônias de exploração “nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o tempo perdido”. (2004, p. 45).

Ao observarmos a passagem acima, é provável ver que “o caráter brasileiro” que Freyre motiva dentro da casa grande não é o mesmo das mulheres e homens negros.

Diante desta perspectiva a formação social nas colônias de exploração seguiam os parâmetros sociais impostos pelos senhores, entretanto a estrutura da família branca era diferente da estrutura da família negra.

Com esta proposta, a fim de vislumbrar sobre as diferenças sexistas e de raça segue no subcapítulo deste estudo uma abordagem que Gilberto Freyre realiza sobre as diferenças sociais entre a mulher branca e a mulher negra.

2.1 A mulher da casa grande e a mulher da senzala: qual a diferença?

Impossível seria iniciar este estudo sem relatar a visão de Freyre sobre a miscigenação destacada pelas diferenças e semelhanças entre as mulheres índias, negras e brancas.

Em Casa Grande e Senzala, o escritor exprime claramente o seu pensamento, argumentando que houve a degradação dos povos indígenas e dos povos negros pelo domínio do branco.

Para Freyre (2004, p. 398.), a “negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família” essa corrupção da vida sexual da sociedade brasileira, não foi como uma opção da mulher negra, muito ao contrário, a mulher negra escravizada tornou-se um objeto do seu escravizador,

não tendo portanto, poder algum sobre o seu próprio corpo, restando-lhe apenas a submissão.

Importante destacar que ante a visão de Freyre (2004), não foram somente as mulheres negras que sofreram repressão histórica dentro do sistema escravocrata e colonial, as mulheres indígenas sofreram as mesmas repressões e violências.

Bernardino (2002) afirma que o mito da democracia racial atinge seu ápice nas escritas de Gilberto Freyre, em sua obra Casa Grande e Senzala (1933), o autor aponta que embora a obra seja pautada nas diferenças raciais, há esperança no ambiente social do Brasil, uma vez que a figura do mulato tenderia a formar a identidade do brasileiro.

O mito da democracia racial nasceu da inquietação sobre a igualdade. A mulher branca da casa grande, cuja cor da pele inseria em distinção social, uma vez que delimitava o universo dos senhores e dos escravos igualava-se às negras da senzala na questão da diferença de gênero.

As mulheres brancas existiam muitas delas em regime de clausura pelos pais ou maridos. Ora para manter o estilo e imagem de família satisfeita, ora para que os maridos pudessem procurar as negras da senzala sem que as esposas brancas soubessem.

Passando para o próximo capítulo, procura-se compreender melhor sobre a interseccionalidade entre gênero e raça, não obstante a outras características fortes dos movimentos a que se evidencia.

Pereira (2013) destaca em seus estudos que:

Em geral, “raça”, “gênero” e “classe” –às vezes acompanhados de “orientação sexual”, “idade” e outras categorias de análise -emergem como eixos fundamentais em torno dos quais o poder se organiza e, embora a compreensão da prevalência de cada um deles na estrutura social varie entre autoras, parece haver um consenso de que, ainda que distintos, estes eixos operam conjuntamente (PEREIRA, 2013, p. 3).

Nesta perspectiva, ao se verificar a literatura a ideia é de aprofundar em questões que convergem o gênero e a raça realizando um alargamento da compreensão do feminismo.

2.2 O que é gênero, o que é raça?

As afinidades que se constituem entre os sexos na sociedade, são diferenciadas pela característica biológica (homem-mulher) e pela posição que cada um assume na sociedade (social). A partir dos anos setenta (70), o conceito de gênero veio sendo mais amplamente difundido pelas bases sociológicas.

A definição de gênero por Oliveira (2006) evidencia:

Gênero não é sinônimo dos sexos masculinos e feminino, mas uma categoria teórica correspondente ao conjunto de significados, símbolos e atributos que cada sociedade constrói, mediante sua história, para caracterizar e diferenciar cada um dos sexos. As diferenças biológicas entre homens e mulheres, assim como os papéis adequados a eles e a elas são percebidos e interpretados segundo as construções de gênero de cada sociedade. (OLIVEIRA, 2006, p.35)

Esta distinção entre homem e mulher, branco, negro, pardo etc., é especificado por Guimarães (1999) cuja conclusão é de que a cor das pessoas só existe dentro dos preconceitos racistas. (GUIMARÃES, 1999).

O pensamento autoritário deixado pelo período em que os brancos dominavam os negros se manteve, de forma que este era o único caminho para a reprodução da desigualdade racial e social. A discriminação Racial significa distinção, exclusão e restrição fundamentada em raça, cor, descendência ou etnia. (ONU, 1965), enquanto a discriminação contra as mulheres constitui distinção e supressão fundada no sexo. (BRASIL, 2006).

As definições de raça e gênero variam de região para região, em ajuste com a cultura social. Mulheres negras lutam através dos movimentos feministas, contra o abuso imposto pela sociedade em função do gênero e de raça. Estas lutas se traduzem em imediações para a política feminista em prol do anti-racismo, fortalecendo as discussões da demanda racial e do gênero na sociedade.

Em um contexto histórico marcado pela desigualdade das relações entre homens e mulheres, em todas as dimensões da vida social e particular, o feminismo acaba por definir as mulheres como sujeito, onde o movimento delibera correntes de ações diferentes, como a saúde da mulher, a cultura feminista e feminista negra, a política etc. As dificuldades são muitas, iniciando dentro da própria casa, ao abrir o

leque ante a condição institucionalizada de dona de casa apenas, para passar a fazer parte dos movimentos sociais das diferentes correntes, a fim de exterminar a ideia de que a mulher é apenas um elemento de exploração e opressão, causando a libertação do senso moral edificado pela cultura machista do patriarcalismo.

2.2.1. Gênero e raça

Para Gonzalez (1979):

Tantos brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou super-exploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. (GONZALEZ, 1979, p. 09).

“Gênero” surge como um terceiro marco que causa o sentido de desigualdade entre homens e mulheres do mesmo grupo racial, mas não necessariamente para abrolhar dinâmicas análogas para homens e mulheres de díspares grupos raciais (GONZALEZ, 1982; GONZALEZ E HASENBALG, 1982; GONZALEZ, 1988)

A partir do racismo e da conseqüente hierarquia racial construída, ser negra passa a significar assumir uma posição inferior, desqualificada e menor. (II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres).

Há poucas mulheres negras comerciando como executivas, médicas, enfermeiras, juízas, dentre outras profissões de destaque; o que se constata ainda é a ampla maioria realiza trabalhos domésticos e embolsando baixos salários. (SANTOS, 2009)

Santos (2009, p.04) esclarece que “enquanto na visão do colonizador a mulher possuía uma posição rebaixada, na cosmovisão africana as mulheres tinham e têm lugar de evidência, nas religiões de matriz africana as mulheres são as guardiãs dos mistérios, cuidadoras do povo de santo, e um dos atores responsáveis pela perpetuação da cultura e da reconstrução da identidade negra no país”.

Ao passar dos tempos às muitas mulheres negras deram uma reviravolta, dando lugar à mulher protagonista de sua própria história ciente de seus direitos perante a sociedade. Vem aos poucos derrubando tabus, ocupando lugares de destaque, marcando presença em lugares antes restritos somente a mulheres brancas, o ingresso na universidade que aponta um aumento significativo, no esporte, na mídia mesmo que ainda seja em pequenos números.

Dados estatísticos comprovam a situação cadente da mulher negra em aumento na atualidade, o número de mortes por violência de gênero para mulheres brancas diminuiu enquanto para mulheres negras aumentou, e a mesma observação pode ser feita com relação à violência obstétrica.

Louro (1997, pág. 17) afirma que gradativamente “essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, "de apoio", de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligado à assistência, ao cuidado ou à educação”.

Para compreender o processo pelo qual a mulher passou ao longo do tempo, é necessária uma investigação histórica e social. A seguir, adentramos no capítulo que trata do feminismo negro em sua criação e perspectivas.

2.2.2 O conceito de gênero

Segundo Louro (1997):

A emergência do conceito de "gênero", sua distinção e relações com referência a sexo e sexualidade, as intrincadas redes de poder em que essas e outras categorias estão implicadas. A observação sobre quem é "diferente" e a participação da escola na produção das diferenças continuam e estendem a discussão, trazendo também o aporte dos Estudos Culturais, dos Estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos (LOURO, 1997, p. 16).

Para Louro (2002, p.14) os estudos feministas “constituem-se como um campo polêmico, plural, dinâmico e constantemente desafiado; um campo que tem o autoquestionamento como marca de nascença”.

A abundância das identidades foca-se na identidade de gênero como forma de posicionamento político e de reclamação de direitos na sociedade.

Louro (1997, p. 27) já afirmava que “uma transformação nos estudos feministas ocorre no Brasil, já nos finais dos anos de 1980, onde as feministas passaram a utilizar com frequência o termo gênero”.

Em Louro (2002) temos que:

A argumentação que coloca os gêneros e as sexualidades no âmbito da cultura e da história leva a compreendê-los implicados com o poder. Não apenas como campos nos quais o poder se reflete ou se reproduz, mas campos nos quais o poder se exercita, por onde o poder passa e onde o poder se faz. (LOURO, 200.p.211)

De fato, o que se observa é que a determinação do lugar da pessoa na sociedade foi e é ainda hoje, o grau de poder que ela possui dentro de uma vertente hierárquica.

Complementando as citações acima definidas por Guacira Lopes Louro, Connell (1995), compreende que esta visão determina o processo histórico:

No gênero, a prática social se dirige aos corpos. O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico (CONNELL, 1995, p. 189).

Para a autora Scott (1989), os primeiros usos para o termo “gênero”.

Parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. (Scott, 1989, P. 03).

Neste sentido, a autora aponta sobre os estudos feministas que determinam os sucessivos usos do termo gênero em destaque. Estas mulheres pesquisadoras feministas apontaram que o estudo das mulheres adicionaria novos temas e impor uma avaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico já produzidos e publicados.

É possível identificar ainda, que o processo dos movimentos feministas, agregou novos meios de divulgação, além da educação, são correntes que determinaram avanços sobre o conceito de família, sexualidade, economia, política e sociedade.

3 MOVIMENTOS FEMINISTAS: Uma análise histórica dos movimentos feministas e a formação do feminismo negro.

As desigualdades de gênero, e não somente de gênero como de raça, são reproduzidas ao longo dos tempos, cabe à crítica individual permanecer com os mesmos conceitos trazidos pela opinião dos outros ou renegar. Este estudo é voltado à compreensão dessas desigualdades, levando o leitor a entender o bem da diversidade.

Evidencia-se neste capítulo sobre a compreensão do que é o movimento do Feminismo Negro que é um segmento criado por mulheres negras que buscam reivindicar seus direitos.

Foi através de movimentos feministas, que se iniciaram, a princípio nos Estados Unidos e na Inglaterra no século XIX e início do XX, que as mulheres negras tinham por desígnio situar igualdade de direitos de gênero, apontando a desigualdade tolerada pelas mulheres nas relações sociais. Na Inglaterra e Londres os primeiros movimentos feministas ocorreram em meados de 1918.

No Brasil, o início do movimento feminista foi caracterizado pela luta do direito ao voto, direito conquistado em 1932. (PINTO, 2009)

O feminismo negro nasce, segundo Moura (1988), dentro das irmandades religiosas e em outros movimentos, inclui-se neste momento o movimento feminista, onde a mulher negra articulou as dificuldades de gênero e raça.

Destacando o surgimento do feminismo negro no Brasil, Damasco (2009) afirma que na década de 1980, a presença das mulheres negras nos movimentos feministas era marcante, as feministas negras expunham as desigualdades sociais nos eventos buscando consolidar as estratégias do movimento específico do gênero e da raça naquele momento.

Neste momento do estudo, destaca-se a mesma rivalidade na ótica do autor Rodrigues (2006) que define:

O tipo de disputa que as mulheres negras tinham com as mulheres brancas e com os homens negros era de ordens distintas, talvez isso explique o porquê de ter havido uma ruptura maior com o movimento feminista. Em relação aos homens, o que se disputava mais que a complementariedade das questões de gênero e raça, eram os espaços de poder dentro do

movimento, ao passo que a disputa com as mulheres se concentrava muito mais na centralidade dada ao patriarcado, pelas mulheres brancas e ao racismo, pelas mulheres negras, como sistema primordial de explicação da opressão a que eram submetidas (RODRIGUES, 2006, p. 78).

A posição social do negro e designadamente da mulher negra, é alusão de um grande esforço onde homens e mulheres afro- descendentes têm arcado para levar dignidade ao povo negro, realizar a sua identidade e auxiliar na investigação da ascensão social. (SANTOS, 2009).

Vale a pena destacar sobre a ótica de Carneiro (2003) onde descreve que pensar os subsídios do feminismo negro na luta anti-racista é ocasionar as alusões do racismo e do sexismo que arguiram as mulheres negras a uma circunstância cruel de exclusão e marginalização. (CARNEIRO, 2003).

Pausando nesta passagem, torna-se necessário compreender a identidade da mulher baseado no gênero para melhor entender os Movimentos Sociais Feministas e como influenciam na construção da identidade da mulher negra.

Segundo Rodrigues (2006), grupos de mulheres negras e outras feministas foram se formando no Brasil em áreas regionais diferentes, tal situação ocasiona diferenças na formação feminista de acordo com a região, variando de campo para cidade etc, gerando um denominador comum que é a interseccionalidade entre gênero e raça.

Rodrigues (2006, p. 79- 81) aponta alguns grupos os quais ele determina como fundamentais para a organização da estrutura do Movimento de mulheres negras no Brasil. Destacando alguns desses grupos com uma breve descrição do local e datas de criação:

- Aqualtune (RJ) – fundado em 1978 e vinculado ao IPCN, Instituto de Pesquisa da Cultura Negra.

- Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (RJ) – criado em 1983, constitui-se no primeiro grupo autônomo de mulheres negras, Encontro Nacional de Mulheres Negras.

- Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/ Casa de Cultura da Mulher Negra – fundado em 1986 por mulheres oriundas do movimento de mulheres, partidos políticos e casas de candomblé.
- Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa – fundado em 1986 no Maranhão, por mulheres que participaram do II Encontro de Negros do Norte/Nordeste. Ainda é atuante dentro do MMN.
- Centro de Mulheres de Favela e Periferia – fundado em 1986, no Rio de Janeiro, após a realização do 1º e 2º Encontros de Mulheres de Favela e Periferia.
- Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo – existiu entre 1987 e 1992 e participou do I Encontro Nacional de Mulheres Negras.
- Maria Mulher – criado em 1987, no Rio Grande do Sul.
- Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte – criado em 1987 por mulheres de diversas organizações negras e mulheres independentes. Em 1993 passou a se chamar Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte.
- Geledés – Instituto da Mulher Negra – criado em 1988 por mulheres que fizeram parte do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. Primeiro grupo a se constituir formalmente como organização não governamental e a criar um programa de saúde.
- Comissão de Mulheres Negras de Campinas – fundado em 1989 por mulheres que militavam no movimento negro, no movimento feminista, sindical, dos sem-teto e partidos políticos.
- Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal – surgiu em 1990 após a participação de mulheres do DF no I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

- Coletivo de Mulheres Negras de Salvador – participou da organização do II Encontro Nacional de Mulheres Negras.

- Criola – fundado em 1992, no Rio de Janeiro, por mulheres que pertenceram anteriormente ao Programa de Mulheres do CEAP(Centro de Articulação de Populações Marginalizadas). Também é uma importante organização do MMN atualmente.

Não é objetivo tratar de desenvolver neste momento sobre o feminismo no Brasil, entretanto é importante mencionar os grupos diversos que possuem em comum a interseccionalidade entre gênero e raça que são citados por Rodrigues (2006).

Abaixo segue um quadro dos movimentos sociais feministas, movimento social negro e movimentos sociais das mulheres negras utilizando deste, apenas para ilustrar a exemplo, os movimentos que ocorriam no Brasil, embora expor um estudo sobre os movimentos feministas negro no Brasil não seja objeto deste estudo.

QUADRO COMPARATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.	MOVIMENTO FEMINISTA	MOVIMENTO NEGRO	MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS
	Processo de luta pela redemocratização política do país.	Processo de luta pela redemocratização política do país.	Redemocratização e abertura política do país.
	Maior acesso de mulheres das classes médias urbanas ao mercado de trabalho e à educação.	A partir da década de 50, com apoio da UNESCO, várias pesquisas são realizadas procurando demonstrar o status inferior de negros e mestiços no país.	Crise dos modelos marxistas de explicação da realidade social. Emergência da mulher como sujeito político na cena pública brasileira.
	Repercussão mundial do Movimento Feminista americano.	Repercussão mundial do Movimento por Direito Cívico Americano.	Participação de mulheres negras nos movimentos de Mulheres e Negro.
	1975 é declarado pela ONU como ano internacional da mulher e início da década da mulher.	Assassinato de um operário negro devido a torturas policiais e discriminação de quatro atletas negros no Clube de Regatas Tietê.	Surgimento das primeiras organizações de mulheres negras autônomas ou no interior de organizações negras.
	I Conferência Internacional da Mulher, ocorrida na Cidade do México, em 1975, procurando sensibilizar os governos para discutir a situação da mulher.	Em junho de 1978 é fundado o Movimento Negro Unificado, tendo seu primeiro ato público em 7 de julho do mesmo ano.	"Racha" das mulheres negras com as brancas, durante o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga, SP, em 1985.
	Surgimento, em 1976, do Movimento Feminino pela Anistia.	Retorno ao Brasil de militantes negros exilados durante o golpe militar e que nos EUA e na Europa conheceram e participaram de movimentos sociais anti-racismo	1988, em Valença, RJ, ocorre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.
	Publicação dos jornais Nós, mulheres e Brasil mulher.		
	Realização do I Encontro Feminista em Valinhos, SP.		

Quadro 1: Comparativo dos movimentos Sociais feministas, negro e movimento de mulheres negras.

Fonte: (RODRIGUES, 2006, p. 85-88)

Rodrigues (2006, p. 87) destaca ainda as formas de opressão ao movimento negro feminista citando sobre a divisão racial do trabalho ao lado de uma divisão “social” do trabalho e de uma divisão sexual do trabalho. Opressão racial intragênero. Opressão por parte dos homens brancos e dos homens negros. Aponta a exploração sexual da mulher negra, a exclusão das mulheres negras nos espaços de decisão política e econômica do país, a violência doméstica e baixa escolaridade.

Relata ainda sobre a invisibilidade e distorção da imagem da mulher negra nos meios de comunicação de massa.

Rodrigues (2006, p. 88) aponta o racismo e sexismo como “a opressão intragênero e intraétnica”. Ressalta ainda o rompimento com a invisibilidade das mulheres negras dentro do movimento Negro e feminista, romper com a invisibilidade das mulheres negras nos meios de comunicação.

Evidenciando a luta contra a esterilização das mulheres negras e pelo direito de livre escolha sobre ter ou não filhos, a luta contra a violência doméstica e sexual de mulheres negras, e o fim da discriminação no mercado de trabalho e no acesso à saúde. As mulheres negras, muitas delas, colocam como alvo dos movimentos a luta contra a morte de homens negros. Partindo do conceito da formação dos grupos, verifica afirmar neste momento segundo Rodrigues (2006) que diferenças entre as regiões do Brasil sofrem mudanças na formação dos movimentos feministas negros, e voltando suas perspectivas para o que possuem em comum entre gênero e raça, parte então a versão de novos autores neste momento que auxiliam na compreensão do ponto que converge as ações dos movimentos sociais, partindo do geral para o específico que é o movimento feminista negro.

Estas mulheres negras são mães, donas de casa, empresárias, profissionais, estudantes, que lutam pela igualdade dos direitos entre o gênero, e ainda necessitam quebrar o preconceito criado pela cultura colonial que se traduz no racismo. As lutas são constantes pelo direito ao salário igualitário, pelo acesso ao estudo, por meios de trabalho diferenciados onde possam mostrar que são tão competentes quanto ao homem ou à mulher branca.

3.1 A Diversidade nos Movimentos do Feminismo Negro

Este tópico aborda sobre as divergências nos movimentos sociais e culturais feministas apontando-os como responsáveis por levar para os espaços públicos assuntos ligados aos problemas enfrentados no dia a dia pelas mulheres, e com isto, as mulheres negras em destaque.

Os direitos legais das mulheres como a própria autonomia e o direito à integridade física, bem como o direito à proteção nos eventos contra a violência doméstica entre outros.

As intervenções e diversidades dos movimentos feministas trazem contribuição para as políticas públicas sociais. Às mulheres negras, a discriminação racial é um marcador social a mais dentro da diversidade dos problemas enfrentados.

Dessa forma as mulheres negras inseridas nos movimentos colocaram em evidência a diversidade nos movimentos promovendo uma visibilidade às reivindicações de seus direitos.

O crescimento das diversidades no movimento de mulheres negras tem alterado as sociedades no papel das políticas sociais. Embora os grupos tenham alcançado ao longo dos anos uma posição de destaque, por outro lado ainda se observa a divergência no gênero e na etnia, no cotidiano a maioria das mulheres negras executam trabalhos em ocupações de pouca ascensão social.

Diante da proposta deste estudo, incorporam-se algumas notícias recentes de crimes contra mulheres negras que foram noticiados em jornais pelo fato de repercutirem nas redes sociais e de comunicação em massa.

O Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), pertencente ao Programa de Estatísticas de Gênero no IBGE, publicou em junho de 2015, que a taxa de atividade no mercado de trabalho é maior entre as mulheres brancas com

56,2%, contra 53,1% das mulheres negras. Em relação aos rendimentos, as mulheres negras representam 27,4% em relação às mulheres brancas com 22,6%

A pesquisa aponta ainda que o rendimento médio das mulheres negras era equivalente (em 2010) a 35% do rendimento médio dos homens brancos. (IBGE, 2010).

A pesquisa é finalizada constando que, na família com pessoas responsáveis negras, as mulheres contribuíam com 42% dos rendimentos, em contra partida aos 39,7% das mulheres brancas. (IBGE, 2010).

Cabe uma análise mais profunda, da interseccionalidade, da relação histórica do gênero e etnias, de cada país, de cada Estado.

4 INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO E RAÇA

A Interseccionalidade entre gênero e raça, é apontada como intersecções da raça e do gênero abordando a classe ou sexualidade levando em conta as múltiplas fontes da identidade. (HIRATA, 2014)

Crenshaw *apud* Hirata (2014) sugere as duas vertentes:

A interseccionalidade estrutural que firma a disposição das mulheres negras ao ponto de encontro da raça e gênero. Apontando para os resultados sobre o experimento da violência conjugal e estupro, e as formas de réplica a tais violências;

A interseccionalidade política centrada às políticas feministas e as políticas antirracistas. Levando como resultado a marginalização da violência para com as mulheres negras.

Hirata (2014) argumenta o seu ponto de vista em relação ao conceito da interseccionalidade:

O ponto essencial da crítica da interseccionalidade é que tal categoria não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica. Entretanto, há outra crítica que nem sempre fica explícita: a de que a análise interseccional coloca em jogo, em geral, mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível. (HIRATA, 2014, P. 6)

O que se observa é a discussão entre a questão da interseccionalidade voltada ao gênero e a raça, mas lembrando também da situação social, destacada também em Louro (2000) quando esclarece sobre a posição da influência sobre a relação de poder.

A relação de igualdade e diferença consiste em apropriação por grupos que agenciam políticas públicas onde os marcadores de gênero e raça se sobressaem mais fortemente. (MOREIRA, 2007, p.80)

Moreira (2007) elucida ainda sobre tais diferenças e argumenta que as:

Diferenças de fato não existiam já que tanto feministas brancas e negras no contexto brasileiro tinham como principal alvo de críticas a cultura opressora e as suas estruturas simbólicas que impediam o reconhecimento das

necessidades desses segmentos, que aos poucos foram se descortinando pelas pesquisas estatísticas.(MOREIRA, 2007, p. 80).

Os estudos de raça e gênero se convergem ante a perspectiva centralizadora da visão de alguns autores quando demarcam que a obstinação no caráter de edificação social do gênero, o sexo e a natureza não foram historicizados ficando íntegras ideias perigosas relacionadas com analogias efetivas tais com mulheres ou homens. (PISCITELLI, 2002)

Assim a interseccionalidade é vista como uma composição utilizada para combater as explorações múltiplas sendo por fim interpretada de forma concisa de fato como instrumento de luta política.

A luta contra o racismo é valorizada para as mulheres negras, segundo Rodrigues e Prado, “o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que o racismo produziu gêneros inferiorizados no tocante aos homens negros, e às mulheres negras em relação à mulher branca”. (200, p. 450).

Para Saffioti (1992, p. 193) a categoria gênero colabora para “desnaturalizar e historizar as diferenças entre homens e mulheres, sendo abrangida de modo histórico e relacional e não como oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres” para que não se incorra no erro de deixar de identificar “os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres”.

Pode-se concluir, através da fala de Mézaros (2002), as relações de gênero não se proporcionam como ponto de partida da desigualdade, se encontram na sociedade embaralhadas numa rede de relacionamentos da fala e da cultura disfarçados pelas qualidades estruturais baseais igualitárias.

O termo “feminismo negro” assinala um contíguo plural e dinâmico de ideias crescidas, em diferentes partes do mundo, por mulheres de posteridade africana, militantes ou não, com o desígnio de afrontar a opressão de gênero, raça e classe social.

O feminismo negro enquanto movimento tomou tamanho através dos movimentos de mulheres negras e da participação das mulheres negras em programas educacionais em nível de graduação e pós graduação, o que gera a

confeção de documentos e estudos sobre o movimento feminista negro. Pereira (2013) traduz como de “estudos sobre as mulheres negras” ou “feminismo negro”

Sob a influência do feminismo anglo saxão, inicia-se nos anos de 1980 um período de crítica pelo fato de o feminismo ser liderado por mulheres brancas, urbanas e da classe média alta.

Apontava-se, ainda, a necessidade de agenciar discussões mais amplas acerca de opiniões como classe social e raça. (PIERUCCI, 1999, p. 130.)

Brazil e Schumacher (2007, p. 329) afirmam que “o movimento negro também contribuiu para o surgimento do feminismo negro, identificado como um espaço privilegiado de discussão e reivindicação sobre medidas eficazes contra a discriminação racial praticada no país”.

Os movimentos feministas iam aos poucos tomando corpo, se desenvolvendo, alicerçado nas reivindicações do gênero, exatamente neste ponto Pierucci (1999, p. 136) destaca que esse momento que “mulheres negras questionaram a ausência da temática racial no movimento”.

Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a exploração está ao longo dos anos transformando o panorama das ações políticas em relação ao feminismo e as políticas antirracistas.

González (2000) faz uma análise sobre o feminismo brasileiro e hierarquias do gênero:

Padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés euro-centrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raças hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o euro- centrismo desse tipo de feminismo.(GONZÁLEZ , 2000,p.57).

Volta-se a destacar que o objetivo é compreender as várias dimensões do feminismo negro e sua projeção no mundo, não apenas divulgar sobre o feminismo no Brasil embora destaca-se sobre fontes estatísticas nacionais a fim de enriquecer

a passagem deste texto. Por assim ser, desemboca-se na tangente da desigualdade por gênero e raça.

E não é novidade que mulheres negras recebam pelos seus serviços, salários menores que as mulheres brancas, o mesmo acontece em relação ao salário dos os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade. Isto reflete as condições em que estas mulheres estão no mercado brasileiro. (IBGE, Brasil, 2002.)

As taxas de conhecimento por idade no mercado de trabalho ajuízam um fato que parece não mudável no país, os resultados determinam que pessoas negras com 10 anos ou menos, são congregados à população de maneira econômica ativa segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, outro ponto desfavorável às mulheres negras no mercado de trabalho faz reverência às probabilidades de desenvolvimento profissional.

Pinto (2006, p.08) destaca que “dentre todos os segmentos as negras são as mais penalizadas, pois experimentam uma trajetória produtiva mais longa, ou seja, elas entram mais cedo no mercado e saem mais tardiamente deste”.

Moreira (2007, p.68) afirma que os assuntos trazidos pelo feminismo bem como pela ação do movimento feminista “são de difícil abrangência para a maioria das mulheres negras, por se tratar de debates que atingem setores médios da população sem atingir o setor mais despossuído, onde se depara a maioria das mulheres negras”.

Mais adiante conclui que a luta das mulheres negras é empenhada com o resgate das suas histórias, recriando em suas potencialidades a experiência de esquadrihar alterações que acatem novas possibilidades relacionais de poder na sociedade.

As estatísticas apontam que em cada região do país os dados sofrem variações, ao longo dos últimos anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais (p.p.). Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009. (BRASIL, 2011).

Segundo o IPEA, a população feminina representava 51,3% da população brasileira no ano de 2009.

Dentre os avanços e desafios no campo da educação no Brasil, as desigualdades se tornam caminhos de investigações sobre a igualdade e diferenças

de gênero, geracionais, regionais e locais no país. O IPEA divulgou que no ano de 2009, as mulheres brancas ocupavam 9,7% contra 7,8% das mulheres negras na educação. (BRASIL, 2011).

Portanto as discussões intersetoriais que trazem como proposta a temática da raça e da etnia nas situações de violência e opressão de gênero contra as mulheres foi marco do Plano Pluri Anual 2008-2011 documento que denotava a dificuldade da articulação gênero/raça/cor no Programa de Combate à Violência contra as mulheres. No Plano Pluri Anual 2012-2015 não há um tópico específico para essa temática. (BRASIL, 2015).

5 CONCLUSÃO

A interseccionalidade expede uma hipótese que visa alcançar a complexidade da relação da identidade ante as desigualdades sociais. Neste estudo foi possível compreender sobre esta interseção ante aos marcadores sociais que são eixos centrados na diferenciação social. As complexas relações entre gênero, raça ou etnia são uma constante na busca pela igualdade de gênero representativo da conquista de um novo papel para a mulher na sociedade.

Foi abordado sobre a questão da ascensão da mulher negra no reconhecimento dos movimentos enquanto mulher e agente participativo da cultura, da política, da saúde e da vida social.

A dimensão da diversidade, aqui neste trabalho tratada no enfoque interseccional do gênero e raça, ante a vertente dos movimentos feministas incluindo a ação da mulher negra, permitiu verificar que as mulheres estão inseridas num contexto de desigualdade determinado por relações sociais historicamente construídas.

Chama-se a atenção neste estudo, que não há somente a desigualdade entre a mulher negra e o mercado de trabalho, entre a mulher negra e o homem, existe também a desigualdade entre a mulher negra e a mulher de outras etnias, a mulher negra das classes populares e a mulher negra de classe média. Uma mulher negra raramente ocupa os mesmos lugares de destaque que a mulher branca ocupa na sociedade.

A situação atual da mulher negra foi conquistada com dificuldades, com conflitos que se arrastaram ao longo do tempo até obter alguma efetividade.

Lembrando que mesmo com tantas conquistas, ainda há muito a ser feito para que a mulher negra fique em condição de igualdade com os homens e com outras mulheres de outras etnias, pois ainda nos dias de hoje, enfrenta-se o preconceito, violência, abuso sexual e moral. É preciso uma conscientização social

para que as mulheres e homens sejam tratados com equidade. Ascender socialmente é algo muito difícil para a mulher negra, período escravocrata deixou como herança o pensamento popular, em que, elas só servem para trabalhar como domésticas ou exibindo seus corpos.

O movimento de mulheres negras desenvolveu-se no movimento feminista e na política ao redor do mundo, em decorrência das lutas de mulheres contra a exploração e a discriminação da mulher, inclusive da mulher negra, estabelecendo a crescente (mas ainda insuficiente) conquista de seus direitos civis e políticos e embora tenham se destacado em algumas conquistas, ainda existe uma forte opressão.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília.2006.

BRASIL. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea ONU Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. 4ª Edição. 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015**: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2015.

BRAZIL, Érico Vital. SCHUMAHER, Schuma. **Mulheres negras no Brasil**. São Paulo: Senac, 2007.

BRITTO, Clovis Carvalho. **A organização das feministas negras no Brasil, Núbia Regina Moreira**. Cad, n.38, pp. 433-440. ISSN 0104-8333. 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estud., vol.17, n.49, pp. 117-133. ISSN 1806-9592. 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIES, Paula Viviane. **Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho**. Rev. Estud.Fem. vol.18 no.2 Florianópolis May/Aug. 2010.

CONNELL,Robert . Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**. Vol.20 (2), Porto Alegre, jul/dez.1995.

CONVENÇÃO DA ONU de 21 de dezembro de 1965. Documento Disponível em: <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/legislacao/legislacao-docs/quilombola/convencao.pdf>. Acessado em 08 de Março de 2016.

DAMASCO, Mariana. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva o Brasil (1975-1996)**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php>> . Acessado em 11 de Março de 2016.

FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. **Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza. 2006.

GUIMARÃES, A S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34.1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 16 ed. Rio de Janeiro. José Olympio. 1973.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, Francisco Luiz. **Introdução crítica ao conhecimento**. Campinas-SP: Papirus, 1988.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

GONZALEZ, Lélia.; HASENBALG, Carlos. A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Leila. **Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher**. 8o. Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburg 1979.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Gênero, classe e raça, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1.2014.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 33 Sistema Nacional de Informações de Gênero **Estatísticas de Gênero**. Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010.2010.

JORNAL RECORD. <http://noticias.r7.com/brasil/15-milhao-de-mulheres-negras-sao-vitimas-de-violencia-domestica-no-brasil-aponta-analise-inedita-do-r7-04112015>. Acessado dia 10 de Março de 2016.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1703872-morte-de-mulheres-por-homicidio-cresce-21-em-dez-anos-diz-estudo.shtml>. Acessado dia 12 de Março de 2016.

JORNAL O TEMPO. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/por-m%C3%AAs47mulheresmorremv%C3%ADtimasdeviol%C3%AAnciandom%C3%A9stica-1.1101018>. Acessado dia 11 de Março de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Epistemologia feminista e teorização social: desafios, subversões e alianças**. Coletânea Gênero plural. Curitiba: UFPR, 2002.

MÉZÁROS, Istiván MÉZÁROS, I. **Para além do capital.. Para além do capital**. Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitemp Editorial; Editora da UNICAMP, 2002.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Série Fundamentos. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

MOREIRA. Núbia Regina. **Feminismo Negro Brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2007

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Feminismo negro no brasil: a luta política como espaço de formulação de um pensamento social e político subalterno**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Dossiê. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2009.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, L. M. (orgs). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, n.48, novembro, 2002.

PINTO, Giselle. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise do sindicatos sociais**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 22 de Setembro de 2006.

REVISTA **ÉPOCA**. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/07/violencia-obstetrica-1-em-cada-4-brasileiras-diz-ter-sofrido-abuso-no-parto.html>. Acessado dia 12 de Abril de 2016.

RODRIGUES, Cristiano Santos. & PRADO, Marco Aurélio Maximo “**Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro**”. Psicologia & Sociedade; 22 (3): 445-456. 2010.

RODRIGUES, Cristiano Santos. **As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras**. Universidade federal de minas gerais UFMG, Tese de mestrado, 2006.

ROCHA, Solange Pereira. **Na Trilha do Feminino**: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828_1888. Dissertação de mestrado em Historia, Universidade Federal de Pernambuco. 2001.

SAFFIOTI, H.I. B. **Rearticulando gênero e classe social**.In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo:Fundação Carlos Chagas, 1992.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. **Direitos Humanos**:A mulher negra brasileira. Revista África e Africanidades – Ano 2 - n. 5 - Maio. 2009.

SCOTT, Joan. **GÊNERO: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil**. Brasília: Brasiliense, 2003.

VALENTE, Virgínia Vargas. **Os feminismos peruanos**: breve visão geral de três décadas. Em Histórias , confluências e perspectivas - 25 anos do feminismo no Peru. Heinrich Bollstiftung, 2004.

VIANA, O. **Evolução do povo brasileiro**. Cia. Ed. Nacional. São Paulo. 1933.